

monio da coletividade. O que resultou dessa ignorância, desse alheamento, foi a propagação de uma tradição errônea, baseada em fatos contraditórios, ligados sem propósito nem conhecimento exato da questão. Daí, a opinião que se tornou corrente, de que nada mais existia dos antigos diplomas da cidade, e que, se por ventura existiram esses documentos — o que se antolha a muita gente duvidoso — foram todos eles destruídos num célebre incêndio dos arquivos da Câmara, onde pereceu todo o direito da cidade ao seu patrimônio territorial, instituído desde a sua fundação.

Por isso mesmo é que convém restituir as coisas ao seu devido lugar. Um exame minucioso dos textos desses antigos diplomas, e das condições primitivas em que foram feitas, à cidade, as doações consignadas nas suas cartas de sesmaria, é absolutamente indispensável ao desenvolvimeto posterior deste ensaio. E' o que se vai tentar agora, procurando resumir, tanto quanto possível, os antecedentes históricos que se prendem a esta questão, procurando mostrar como se fundou a cidade e qual a origem das suas sesmarias patrimoniais.

SEGUNDA PARTE

A FUNDAÇÃO DA CIDADE E A ORIGEM DE SUAS SESMARIAS

CAPÍTULO V

Sabe-se que "rio de janeiro" (1) foi uma denominação resultante de uma ilusão e de um hábito dos navegadores quinhentistas. Percorrendo para o austral a costa descoberta em 1500, as armadas que sucederam a Cabral foram-se aplicando ao conhecimento da terra e criando, ao mesmo tempo, a toponímia litorânea. Passando à vista da nossa barra, supuseram-na a foz de um rio, e, como coincidissem descortiná-la em janeiro, ficou, o suposto estuário, sendo "rio de janeiro". (2) Daí surgir o nome muito antes de existir a cidade. (3)

(1) "rio de janeiro" será, neste ensaio, a indicação da localidade geográfica. Depois da fundação da cidade passará, então, a "Rio de Janeiro".

(2) Varnhagen atribui o ato a d. Nuno Manuel e Americo Vesputio. H. do Brasil, 3.^a ed. integral, ps. 93 e 94. — Zeferino Candido a Gonçalo Coelho, Brasil, 1900, p. 322. — Frei Gaspar da Madre de Deus a Martim Afonso. Hist. da Capitania de São Vicente, 2.^a ed., p. 116. — Vide: nota de Capistrano na H. do Brasil de Varnhagen, 3.^a ed., p. 149) (5). — O jesuíta anônimo: "De algumas coisas notáveis do Brasil" atribui a Martim Afonso. R. I. H. Tomo 94, p. 375. E', por conseguinte, uma questão ainda controversa entre os historiadores.

(3) Os mapas e portulanos do século XVI que indicam a denominação "rio de janeiro" são: o dos Reinell, o de Viégas, o de Vaz Dourado, o de Lazaro Luiz, o de Le Festu (sendo que este último, por ser francês, menciona R. de Geneure). Os demais mapas desse século inscrevem; próximo à representação topográfica da nossa baía, as seguintes denominações: Pinachullo detentio, rio Jordam, rio Sombreyro ou Sombriere, Baie de rees, rio da Índia, rio de la judia, rio del extremo, etc., expressões essas que nem todas se referem ao Rio de Janeiro. A configuração topográfica da baía é muito diversamente representada nesses mapas. A esse respeito pode-se-os classificar em três grupos: os de boa, regular e má representação. No primeiro: o dos Reinell e o de Viégas; no segundo: os de Canerio, Lazaro Luiz, Hamy, le Festu e Kunstmann II; no terceiro: os de Diego Ribeiro, Ramusio, Vaz Dourado, Kunstmann III, Waldseemuller, Ruysch, Mayollo e o do Turim. Cumpre destacar aqui a relativa perfeição da representação da nossa baía no mapa dos Reinell, comparadamente às de todos os outros. Vide: Duarte Leite. A exploração do litoral do Brasil na cartografia da primeira década do século XVI, em História

A' localidade descoberta aportaram várias expedições, organizadas para a exploração do litoral: naus e caravelas isoladas, inclusive francesas, que, desde o começo do século XVI, procuraram traficar com os indígenas.

Vespúcio, Gonçalo Coelho, Christovão Jacques, João de Lisboa, Magalhães, Solis, Rodrigo d'Acuña e tantos outros, conhecidos, desconhecidos e problemáticos, por aí passaram, demorando-se mais ou menos tempo. Logo que se constituíram os primeiros arraiais ou feitorias, ao longo da costa, uma delas estanciou na enseada do "rio de Janeiro". (4) Permaneceu aí por alguns anos, até desaparecer. Era esse "rio" um dos derradeiros abrigos para que se aventurava ao ignoto antártico. A posse da terra ficou, entretanto, legitimada como portuguesa, pela prioridade da descoberta, pela conquista, pela confirmação do poder espiritual dos papas desde Nicolau V a Alexandre VI e Julio II. Mesmo diante do pacto de Tordesillas, não houve contestação entre portugueses e castelhanos sobre o "rio de Janeiro"; era genuinamente português e de domínio da coroa. (5) Mas, perante o consenso dos outros povos, o domínio português só se poderia manter aí, pela posse efetiva e a defesa militar contra as invasões. Foi o que sucedeu contra franceses, holandeses e ingleses.

A frequência dos franceses pela região, afeiçoando-se ao gentio, barganhando os produtos da terra por objetos de uso, alvoroçou a metrópole. Era mister cuidar de defender a terra para não perdê-la. No começo, as atalhas vigilantes da imensa costa foram as sucessivas armadas, que percorriam o litoral, abalroando naus e galeões suspeitos, capturando-os, prendendo e enforcando os entrelopos, recolhendo às feitorias ou remetendo para a metrópole, as cargas apressadas. Era, porém, uma ação repressiva esporádica, sem a necessária continuidade para a defesa da terra. Daí, a expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa, em fins de 1530.

* * *

As circunstâncias pareciam apontar ao rei esse seu antigo companheiro de mocidade, para tão importante missão. (6) Quando partiu de Lisboa, ele trazia, como incorporada à sua autoridade de capitão-mor, uma larga parte da soberania régia realçando-lhe a figura de comandante. (7) Vinha, para descobrir novas terras e rios; para reprimir militarmente a intrusão nos domínios da coroa; para organizar a defesa permanente e eficaz de toda a costa. Cabia-lhe, fundar povoações e vilas, constituindo nelas o governo militar e civil, chautando padrões, marcos e cruces que assinalassem a posse da terra em nome do rei de Portugal. Entre as prerrogativas de que o investia d. João III, estava a de poder dar terras de sesmarias às pessoas que entendesse que as mereciam,

da Colonização Portuguesa do Brasil. Vol. II, p. 393; inclusive reproduções cartográficas nos três volumes dessa publicação. Engênio de Castro. Diário de Navegação de Pero Lopes de Souza, 2.^o volume. — Paul Gaffarel. Histoire du Brésil Français (*fac-simile* de Ramusio).

(4) Provavelmente na longa praia que se estendia do atual morro da Viuva às fragas que penetravam pelo mar no espigão do atual morro da Glória. Vide: Varnhagen. H. do Brasil, 3.^a ed., p. 98.

(5) Clóvis Bevilacqua. As capitánias hereditárias perante o Tratado de Tordesillas. R. I. H. Tomo especial do 1.^o Congresso de História Nacional, parte II, ps. 7 a 26.

(6) Martim Afonso, como seu primo Antonio de Athayde, futuro conde de Castanheira, foram amigos de juventude e validos do príncipe d. João. Afastado, intencionalmente, do futuro rei, exilou-se na Espanha. Só voltou quando insistentemente chamado por d. João III. Fantástico e opinático, recebeu a missão de ir ao Brasil escorraçar os franceses e descobrir terras e rios.

(7) Carta de grandes poderes ao capitão-mor Martim Afonso de Souza e a quem ficar em seu lugar. 20 de novembro de 1530. Jordão de Freitas. A expedição de Martim Afonso de Souza. Hist. da Colon. Port. do Brasil. Vol. III, p. 159. — Carta, da mesma data, para o capitão-mor criar tabeliães e oficiais de justiça, *idem*, p. 160.

assim como àquelas que quisessem viver aí, e povoá-las. Devia, porém, concedê-las em vida com a obrigação de aproveitá-las dentro em seis anos. As cartas seriam passadas com o traslado da que o autorizava a isso. Das terras que descobrisse, das que desse, indicando-lhes a quantidade, enviaria notícias à metrópole a fim de que tudo se soubesse e averiguasse no reino. (8)

A 30 de abril de 1531 chegava o capitão ao "rio de Janeiro". Di-lo Pero Lopes, no seu diário de navegação:

"...Sabado trinta dias d'abril, no quarto d'alva, eramos com a boca do rio de Janeiro, e por nos acalmar o vento, surgimos a par de hũa ilha, que está na entrada do dito rio, em fundo de quinze braças d'arêa limpa. Ao meio dia se fez o vento do mar, e entramos dentro com as naos. Este rio he mui grande; tem dentro oito ilhas, e assi muitos abrigos; faz entrada norte sul, toma da quarta do noroeste sueste; tem ao sueste duas ilhas, e outras duas ao sul, e tres ao sudoeste; e entre ellas podem naverger carracas; he muito limpo, de fundo vinte e duas braças no mais baxo, sem restinga nenhũa e o fundo limpo. Na boca de fóra tem duas ilhas da banda de leste, e da banda d'aloeste tem quatro ilhéos. A boca nam he mais que de hum tiro de arcabus; tem no meo hũa ilha de pedra rasa com o mar; pegado com ella ha fundo de dezoito braças d'area limpa. Está em altura de vinte e tres graos e um quarto. Como fomos dentro mandou o capitam I. fazer hũa casa forte, com cerca por derrador, e mandou sair a gente em terra, e pôr em ordem a ferraria para fazermos cousas, de que tinhamos necessidade. Daqui mandou o capitam I. quatro homens pela terra dentro, e foram e vieram em dous mezes, e andaram pela terra cento e quinze legoas, e as secenta e cinco dellas foram por montanhas mui grandes, e as cincoenta foram por um campo mui grande: e foram até darem com um grande rei, senhor de todos aquelles campos, e lhe fez muita honra e veo com elles até os entregar ao Capitam I. e lhe trouxe muito cristal, e deu novas como no rio peraguay havia muito ouro e prata. O capitam I. lhe fez muita honra, e lhe deu muitas dadas, e o mandou tornar para as suas terras. A gente deste rio he como a da baia de todolos santos, senam quanto he mais gentil gente. Toda a terra deste rio he de montanhas e serras mui altas. As melhores aguas ha neste rio que podem ser. Aqui setivemos tres mezes tomando mantimentos para um anno, para quatrocentos homens que traziamos, e fizemos dous bargantins de quinze bancos. Terça-feira, primeiro dia d'Agosto de 1531, partimos deste rio de Janeiro etc." (9)

(8) Carta para o capitão-mor das terras de sesmarias. 20 de novembro de 1530. Hist. da Colon. Port. do Brasil. Vol. III, p. 160. — No Brasil, segundo traslado existente em documentos autênticos, essa carta figura com redação diferente, modificando profundamente o sentido das doações. O que, naquela redação, é dado por vidas, nestas o é, para si e seus decedentes, além de outras alterações menores. Vide: frei Gaspar da Madre de Deus. História da Capitania de São Vicente, 3.^a edição, p. 110. — Tacques. História da Capitania de São Vicente. R. L. H. Vol. 9.^o, p. 142; os quais, por sua vez, divergem também na redação que dão a essa carta. Não há documentos que expliquem essa transformação.

(9) Deviam ter encontrado vestígios dos anteriores arraiais de Gonçalo Coelho, João Braga e João Lopes de Carvalho (piloto de Magalhães). Varnhagen. H. do Brasil, 3.^a ed., p. 110. — Jordão de Freitas. A Expedição de Martim Affonso de Souza, em Hist. da Colon. Port. do Brasil. Vol. III, ps. 143 e 144. — Eugênio de Castro. Diário de Navegação de Pero Lopes de Souza, ps. 183 a 188.

E assim a expedição prosseguiu rumo ao sul, bordejando por vários pontos da costa, até atingir o seu destino: o rio da prata. Concluída a faina, após tantas lidas e tormentas, fizeram-se alfim de velas para o retorno, com as náus carecendo de reparos. A 21 de janeiro de 1532 chegavam à abra do porto de S. Vicente, a procurar um abrigo onde pudessem corrigir o dano sofrido pelas que-renas. No dia seguinte, narra ainda Pero Lopes:

"Terça-feira, pela manhã, fui nhum batel da banda d'aloeste da bahia e achei um rio estreito em que as naos se podiam correger, por ser mui abrigado de todolos ventos: e á tarde metemos as naos dentro com o vento sul. Como fomos dentro mandou capitam I. fazer hũa casa em terra para meter as velas e enxarcia. Aqui neste porto de Sam Vicente varamos hũa não em terra. Atodos nos pareceu tam bem esta terra, que o capitam I. determinou de a povoar, e deu a todolos homens terras para fazerem fazendas: e fez hũa villa na ilha de sam vicente e outra nove leguas dentro pelo sartam á borda de hum rio que se chama Piratininga: e repartiu a gente nestas duas villas e fez nellas officiaes: e poz tudo em boa obra de justiça, de que a gente toda tomou muita consolaçam, com verem povoar villas e ter leis e sacrificios, e celebrar matrimonios, e viverem em communicaçam das artes; e ser cada um senhor do seu; e vestir as enjurias particulares; e ter todolos outros bens da vida sigura e conversavel". (10)

Ao depois, considerando Martim Afonso o inconveniente de permanecerem no porto as naus e a marinagem, sem occupação, tomou conselho com os mestres, pilotos e outros homens e, segundo Pero Lopes:

"...assentaram que o capitam I. devia de mandar as naos para Portugal, com a gente do mar; e ficasse o capitam I. com a mais gente em suas duas villas que tinha fundadas, até ver recado da gente, que tinha mandado a descobrir pela terra dentro, e logo me mandaram fazer prestes para que fosse a Portugal nestas duas naos, a dar conta a el-rei do que tinhamos feito... Quarta-feira vinte e dous dias do mes de maio da era de 1532... party do rio de sam vicente hũa ora antes que o sól se pusece, com o vento noroeste. E como foi noite fiz o caminho a léste e a quarta de nordeste... Sexta-feira vinte e quatro dias do dito mes pela manhã via terra tres leguas de mim e conheci o rio de janeiro que me demorava a norte e quarta do nordeste, e com o vento sudueste dei a vela e entrei nelle ao meo dia. Sexta-feira quatorse dias do mes de junho chegou a nao santa maria das candeias que fiquara em sam vicente acabando-se de correger. Neste rio estive tomando mantimento para tres meses e partime terça-feira dous de julho; com o vento nordeste say fora, e achei o mar tam feo que me foi necessario tornar a ribar e surgiu na boca ao mar da ylha das pedras em fundo quinze braças d'area limpa. Quinta-feira quatro do dito mes meorney a faser a vela com o vento norte. Duas leguas ao mar me deu muyto vento sudueste e mandei faser o caminho a leste e em se pondo o sol fui com o cabo frio". (11)

Daí em diante navegou, o irmão de Martim Afonso, em demanda ás terras nortistas da costa brasílica, de onde amarou empós, singrando para Portugal.

(10) Jordão de Freitas. A Expedição de Martim Afonso de Souza. Hist. da Colon. Port. do Brasil. Vol. III, p. 146. — Eugênio de Castro. O Diário de Navegação de Pero Lopes de Souza. Vol. 1.^o, ps. 338 a 342.

(11) Jordão de Freitas. Loc. cit., p. 150, nota (338). — Engênio de Castro, loc. cit., ps. 345 a 350.

Já, a esse tempo, haviam chegado a Lisboa, enviadas pelo próprio capitão-mor a d. João III, as novas do que se houvera praticado durante parte da expedição.

Quer se tenha premeditado aplicar às terras descobertas, o sistema de colonização já adotado nos Açores e na Madeira; quer a solução emanasse das notícias recebidas sobre os corsários que infestavam a costa do Brasil, o fato é que o rei expedia, a 28 de setembro de 1532, ao seu capitão-mor, a carta em que lhe anunciava a resolução tomada de demarcar a costa, que ia de Pernambuco ao rio da prata, em capitânias de cinquenta léguas, reservando-lhe cem léguas, nos termos que seguem:

“Martim Affonso amigo, Eu EIRey vos envio muito saudar; Vi as cartas, que me escrevestes por João de Sousa, e por elle soube da vossa chegada a essa terra do Brasil, e como hieis correndo a Costa, caminho do rio da prata, e assim, do que passastes com as naos francêsas dos Cossairos, que tomastes, e foi tão bem feito, como se de vós esperava...

Depois da vossa partida se praticou, se seria meu serviço po-voar-se toda essa costa do Brasil, e algumas pessoas me requerião capitânias em terra della. Eu quizera antes de nisso fazer cousa alguma, esperar por vossa vinda, para com vossa informação fazer, o que me bem parecer, e que na repartição que disse se ouver de fazer escolhas a milhor parte, e porem, porque depois fui informado, que de algumas partes fazião fundamento de povoar a terra do dito Brazil, considerando Eu com quanto trabalho se lançaria fora a gente, que a povoasse depois de estar assentada na terra, e ter nella algumas forças, como já em Pernambuco comessarão a fazer, segundo o Conde de Castanheira vos escrevera, determinei de mandar demarcar de Pernambuco até o Rio da prata sincoenta leguas de Costa a cada capitania e antes de se dar a nenhuma pessoa mandar apartar para vós cem leguas, e para Pero Lopes vosso irmão sincoenta nos melhores limites desta costa por parecer de Pillotos, e doutras pessoas de quem se o Conde por meu mandado enfermou, como vereis pelas doações, que logo mandei fazer, que vos enviarã, e depois de escolhidas estas cento, e sincoenta leguas de costa para vós, e para vosso Irmão, mandei dar a algumas pessoas, que requerião, capitânias de sincoenta leguas a cada huma, e segundo se requerem, parece que se dará a mayor parte da Costa, e todos fazem obrigações de levarem gente, e Navios á sua custa, em tempo certo, como vos o Conde maes largamente escreverã, porque elle, tem cuidado de me requerer vossas cousas, e Eu lhe mandei, que vos escrevesse”. (12)

Estava assim esboçada a fórmula pela qual o rei julgava poder garantir a posse da terra, com o mínimo de dispêndio para a corôa, contra as usurpações freqüentemente praticadas pelos armadores franceses ao longo da costa do Brasil. Não interessa, entretanto, ao presente estudo o caso geral das donatárias, senão particularmente aquella doação que se refere à região onde estava situado o “rio de Janeiro”. Essa foi a capitania de cem léguas de costa que coube a Martim Afonso de Souza, nas cinquenta e cinco léguas que iam do rio Juquiriquerê (13) até à barra do Macaé.

Recebendo, em S. Vicente, a carta de d. João III, e sabendo do fim desastroso que tivera a expedição de Pero Lôbo, mandada para o sertão em busca

(12) Jordão de Freitas. Loc. cit., ps. 160 a 161. — Varnhagen. H. do Brasil, 3.^a ed., ps. 145 a 167. Vide: anotação de Capistrano, p. 167 (9).

(13) O foral do “Curupacê”, denominação essa que, mais tarde, passou a Juquiriquerê.

do ouro e de prata, resolveu o capitão-mor voltar para Lisboa, onde chegou em começo de agosto de 1533. Em S. Vicente, deixara no governo civil, o padre Gonçalo Monteiro, ficando na direção das armas, Pero de Góes e Rui Pinto, de conformidade com a carta de poderes de 20 de novembro de 1530.

Pouco depois, era nomeado capitão-mor da Índia, para onde seguiu em março de 1534, chegando a Goa em setembro desse ano.

A 6 de outubro de 1554 era assinado o Foral da Capitania de Martim Affonso de Souza, sendo confirmado em Évora, juntamente com a doação, a 20 de janeiro de 1535. (14)

Achava-se, por conseguinte, o capitão-mor donatário na Índia, quando lhe foi consignada a doação. Nunca mais voltou ao Brasil. Abandonando a terra (15), não mais pensara em a fazer valer como propriedade que merecesse os seus cuidados. Fidalgo do conselho del-rei, homem de grande cultura e valor intelectual para o seu tempo (16), ocupando os mais elevados cargos na côrte, certo, não evocaria, com satisfação, as agruras por que passara naqueles três anos de vida agitada e plena de desconforto. Tão pouco ambição revelava por aquela doação de terras, e as honras de donatário, que o vemos dirigir, em fins de 1535, ao Conde de Castanheira, a carta em que lhe dizia:

“Pero Lopes me escreveo que Vossa Senhorya querya um pedaco dessa terra do Brasyl que eu la tenho, mandea tomar toda ou a que quiser que essa será pera mym a mayor mercê e a mayor onra do mundo”. (17)

Renunciava, assim, expontâneamente, à doação que se lhe fizera. De fato, as disposições, formalidades e prerrogativas exaradas no Foral de 1535 nunca foram cumpridas, nem exercidas eficientemente. O abandono em que deixou a sua capitania, principalmente na região relativa ao “rio de Janeiro”, ia concorrer, naturalmente, para que ela revertesse á corôa, como os acontecimentos posteriores vão demonstrar, sem que aos sucessores coubesse o direito de reivindicá-la. O próprio foral, aludindo ao caso mais grave em que o donatário perderia sua capitania, formula a hipótese, em um dos seus itens, como segue:

“Outrosim me praz que por caso algum de qualquer qualidade que seja, que o dito capitão governador commetta, porque segundo direito e leis destes reinos mereça perder a dita capitania e governança e jurisdição rendas e bens della, a não perca seu successor, salvo si fôr tudo á corôa destes reinos...”. (18)

Entretanto, um ou outro ato de jurisdição foi consumado aí sem resultado prático, porque, desde Cabo Frio até muito além da atual Ubatuba, os tamoios, que dominavam a região, constituíram-se inimigos implacáveis dos portugueses e dos seus aliados indígenas, os temiminós. Ficaram, portanto, desamparadas as cinquenta e cinco léguas de terras de Martim Afonso, desde o Curupacê à barra do Macaé, sem que o donatário lhes prestasse nenhuma assistência, nenhum socorro. Era o esquecimento completo de uma doação que,

(14) Tacques. Hist. da Capitania de São Vicente, publica integralmente o foral de Martim Afonso de Souza. R. I. H. Vol. 9.^o, ps. 456 a 467.

(15) A alusão ao abandono da terra por Martim Afonso refere-se sempre, neste ensaio, à parte da sua capitania onde estava situada a localidade conhecida pela denominação “rio de Janeiro”.

(16) Vide: anotação de Capistrano na Hist. do Brasil de Varnhagen, p. 153. Tomo 1.^o (9).

(17) Transcrita por Jordão de Freitas. Hist. da Colon. Port. do Brasil. Vol. III, p. 107. — Capistrano. Prolegomenos ao livro II da Hist. do Brasil de frei Vicente do Salvador, p. 79.

(18) Tacques. Hist. da Capitania de São Vicente, R. I. H. Vol. 9.^o, p. 465.

a princípio, parecia muito valiosa. Com efeito. Aludindo, mais tarde, ao seu passado no Brasil, relatava o capitão-mor à rainha d. Catharina:

“... e fiquei servindo assy na Corte até a era de vinte e nove, por El rey ter nova, que no Brasyl havia muitos franceses, me mandou laa em huma armada, onde lhe tomei quatro náos, que todas se defenderão muy valentemente. E me ferirão muyta gente. E assy nisto como no descubrimento de alguns Ryos, que me El rey mandava descobrir, tardei perto de tres annos passando muitos trabalhos, e muytas fomes, e muytas tormentas, até por derradeiro me dar húa tam grande, que se perdeu a não em que Eu hya, E escapei em húa taboa, Emandoume El rey vir de laa a cabo de tres annos”. (19)

Que amarga lembrança lhe gravara para sempre na retentiva aquela terra inhospita e selvática...

A localidade, a enseada “rio de janeiro”, não havia merecido do seu donatário as honras de uma povoação, entretanto havia provido de mantimentos, por duas vèzes, e por longo tempo a expedição de 1530.

Desprovida a costa de socorro immediato, os franceses aproveitaram-se da situação. Foram instigando o gentio contra os descobridores da terra, colhendo resultados proveitosos para as suas emprêsas, insinuando-se no ânimo da indiada que lhes votava uma certa confiança.

Em seguida, o regime das capitánias no Brasil manifestou-se falido. A de Martim Afonso, abandonada ao léu da sorte; às outras, sucederam grandes adversidades. A dispersão da autoridade e da soberania por alguns indivíduos, num território imenso, não podia deixar de gerar o regionalismo, sem nenhuma preocupação de coesão entre as massas de população disseminada, sem nenhuma ideal coletivo superior aos seus instintos particularistas. Era como se fôsem estranhas, não dependentes de um tronco comum, dominadas por ambições, cubiças ferozes, pendôres para a luta e a dissolução, provocando a anarquia, a miséria, a morte. Os fatos pareciam indicar a necessidade de centralizar a autoridade e a soberania num só individuo, intermediário entre a realza e aquêles feudos mofinos, sem prejuízo das concessões regionais que haviam sido feitas. Era preciso criar também uma povoação autônoma onde se exercessem, com caráter geral, às magistraturas de governo, de justiça, de fazenda pública. Tudo isso concentraria os esforços dispersos, orientaria e organizaria aquela sociedade em vias de formação.

* * *

Foi o que realizou d. João III, em 1549, com a nomeação de Tomé de Souza para governador da capitania da Bahia de todos os santos e das outras capitánias e terras da costa do Brasil. (20) Segundo o regimento que lhe fôra passado, devia: fundar a povoação, sede do govêrno geral, constituindo o seu térmo de seis léguas em quadra; dar terras de sesmaria; perseguir os corsários ao longo da costa; descobrir para o sertão; visitar as outras capitánias; reunir em conselho as pessoas práticas para resolver sobre casos duvidosos, com predomínio entretanto da sua opinião, o que constituiu o embrião das primeiras juntas no Brasil. (21) Trouxe consigo os primeiros

(19) Jordão de Freitas, em Hist. da Colon. Port. do Brasil. Vol. III, p. 99, vide nota (12).

(20) Pedro de Azevedo. A instituição do Govêrno Geral. Hist. da Colon. Port. do Brasil. Vol. III, p. 334, transcreve a carta de nomeação de Tomé de Souza, extraída da Chancelaria de d. João III. — A Capitania da Baía foi a primeira a reverter à corôa por morte do seu donatário.

(21) O regimento de Tomé de Souza foi publicado integralmente por Pedro de Azevedo. Hist. da Colon. Port. do Brasil. Vol. III, ps. 345 a 350. — Vide: Varnhagen. H. do Brasil, 3.^a ed., integral. Tomo 1.^o, p. 293.

jesuítas, e entre êles, a figura memorável de Manuel da Nóbrega, que devia semear depois, por tôda aquela terra, os primeiros germes para a formação de uma nova consciência coletiva.

A 18 de julho de 1551, Tomé de Souza escrevia a el-rei:

“Pero de Góes..... (22) tornou a correr a costa até o “rio de janeiro” que he agora a mayor escala de cosayros, e nom achou cosayro algum. E topou entre os indios dous francezes, hum grande lingoa e outro ferreyro, que estavam fazendo brasyl pera quando tornasse a não que alli os deixára, e elle os houve á mão per suas industrias, que as sabe melhor do que ninguem nesta terra, e mos trouxe; não os mandei enforçar porque tinha muita necessidade de gente que me nom custe dinheiro....” (23)

Quase dois anos depois, o governador geral passou a visitar as diferentes capitánias, na forma do seu regimento. Percorrendo a costa, chegou ao “rio de janeiro”. Não pôde ocultar o seu encantamento ante a beleza da localidade. De volta à cidade do Salvador, relatando, em carta de 1 de junho de 1553, a d. João III os acontecimentos do seu govêrno, deixava transbordar sua admiração por êsse “rio” gracioso:

“.....Eu entrey no “rio de janeiro” que está nesta costa na capitania de Martim Afonso cincoenta legues de S. Vicente e cincoenta do Espirito Santo, mando o debuxo delle a V. A. (24) mas tudo he graça o que si delle pode diser, senão que pinte quem quiser como deseje hum rio, isso tem este de janeiro, parece me que V. A. deve mandar faser ally húa povoação honrada e bôa porque já nesta costa nom ha rio em que entrem francezes sinão neste, e tirão delle muita pimenta e fuy sabedor que hum ano tiraram cincoenta pipas, e tirarão quanta quiserem porque os mattos a dão da calidade desta de cá, de que V. A. deve de ter enformação, e escusar si hia com esta povoação armada nesta costa, e não ponha V. A. isto em traspazo porque allem de ser necessario pera o que digo devia V. A. ally de ter ouvidor geral porque está em passagem pera toda a costa daly e desta cidade ser provida com justiça e com brevidade por respeito das monções, e se eu nom fiz fortaleza este ano no dito rio como me V. A. escrevia foy por que o nom pude fazer por ter pouqua gente e nom me parece siso desarmarme por tantas partes, e acerqua deste caso he de outra bahia que se chama Angra dos Reis e dará a V. A. largua enformação Pero de Goes..... etc.” (25)

Fugia de novo a oportunidade de fixarem-se as bases de uma povoação no “rio de janeiro”: quer sob a forma de um modesto arraial português, quer

(22) Capitão-mor da costa.

(23) Carta de Tomé de Souza a d. João III, 18 de Julho de 1551. Hist. da Colon. Port. do Brasil. Vol. III, p. 361. Publicada por Pedro de Azevedo.

(24) É possível que exista ainda, no Arquivo da Torre do Tombo, êsse debuxo, junto ao documento de onde foi extraída a carta.

(25) Carta de Tomé de Souza a d. João III, 1 de Junho de 1553. Publicada por Pedro de Azevedo em Hist. da Colon. Port. do Brasil. Vol. III, p. 365. — Simão de Vasconcellos. Crônica da Companhia de Jesus. Livro 1.^o, § 125, diz: “que o governador não entrou na barra do rio de janeiro por ter notícias que estavam em guerra os naturaes da terra e não consentiam commercio de portuguezes”. Essa afirmação é contrariada, como se vê, pela própria narração de Tomé de Souza.

sob o aspecto de uma pequeno forte para defesa da costa abandonada desde Cabo Frio a São Vicente, como indicara o rei e as circunstâncias o exigiam. Nada entretanto se fez a esse respeito. Terminado o seu período de administração, Tomé de Souza passou o governo ao seu sucessor Duarte da Costa. O "rio de janeiro", desamparado dos portugueses, ia transformar-se, dentro em pouco, em cenário de uma grande aventura francesa para a conquista militar da terra, e de pretendiam lançar os fundamentos de uma futura França antártica.

* * *

Do governo de Duarte da Costa nenhum resultado benéfico adveiu ao "rio". Sabia, entretanto, que os franceses freqüentavam assiduamente a localidade por seu filho na cidade do Salvador, o segundo governador geral não encontrou oportunidade de atender à defesa da costa onde estava situado esse "rio". Sabia, entretanto, que os franceses freqüentavam assiduamente a localidade, onde carregavam, de pimenta e de pau-brasil, as suas naus, deixando ficar em terra homens práticos no falar com o gentio, para prepararem as carregações ultteriores a fim de que os seus navios não demorassem no porto. Limitou-se a pedir reforços à metropole para os expulsar da terra, sem efetuar nenhuma ação decisiva contra eles. (26)

Contudo ocorreu, a esse tempo, uma particularidade compensadora; Duarte da Costa trouxe para o Brasil um novo grupo de jesuítas, entre os quais figuravam o padre Luís de Gram e o irmão José de Anchieta que devia tornar-se, mais tarde um dos vultos proeminentes no desenvolvimento do "rio de janeiro".

Pelas cinqüenta e cinco léguas de terra e de costa da capitania de Martin Afonso os tamoios recuperaram o domínio absoluto de toda a região. Só aí penetrava quem eles queriam. Manifestavam ostensivamente um decidido ódio contra os portugueses. Donde e como se originou essa antipatia feroz e mortal não se sabe. Referindo-se ao fato, observa Capistrano:

"Porque os Tupinambás se alliaram constantemente aos francezes e os portuguezes tiveram a seu favor os Tupiniquins, não consta da historia, mas o facto é incontestavel e foi importante: durante annos ficou indeciso si o Brasil ficaria pertencendo aos Pero (portuguezes) ou aos Mair (francezes). (27)

Testemunho valioso e notável desse rancor vem consignado na narrativa do alemão Hans Staden, o qual, partindo de Bremen para a Índia, veio parar à costa do Brasil, aí desembarcou, fixando-se em São Vicente. Por ocasião

(26) Varnhagen. H. do Brasil, 3.^a ed., integral, vol. 1.^o, p. 361.

(27) Capistrano de Abreu. Capítulos de História Colonial, publicação do Centro Industrial do Brasil, Vol. I, p. 20. Entretanto, Jean Crespin, em sua "Histoire des Martyrs, etc.", dá uma explicação curiosa, que merece aqui transcrição. Diz elle: "Les portugais desirant habiter les plus beaux ports et havres qu'ils trouvoient en la reconnaissance de la dite terre, érigent une tour de pierre en la riviere de Coligny, qu'ils nommèrent pour lors Janvier, pour ce que le premier jour du dit mois ils y entrèrent. En celle tour les dits Portugais avoyent laissé quelque nombre de pauvres condamnés à mort pour permutter avec les habitants naturels, aussi pour apprendre la langue. Après quelques années passées, iceux se portèrent si mal à l'endroit des dits habitans naturels, que par iceux fut la plus grande partie exterminée, saccagée et mangée. Les autres s'enfuirent en haute mer dans un basteau: depuis les ausdits n'y ont osé habiter, car leur nom y est demeuré si odieux, que jusques aujourd'hui ils ont en delice et volupté de manger de la teste d'un Portugais". Ao que parece, esta informação foi dada a Crespin por Lery. Vide Gaffarel. Histoire du Brésil Français, p. 444; e a introdução à "Le Voyage au Brésil", de Lery, publicada recentemente por Charly Clerc, p. 14.

da visita de Tomé de Souza a essa vila, em 1553, recebeu do primeiro governador geral as insígnias de bombardeiro, sendo contratado por dois anos para o forte da Bertioga, que era a guarda avançada da defesa da vila contra as incursões dos tamoios.

Um dia, Staden foi capturado pelos tupinambás, despojado da roupa que vestia, obrigado a seguir para a aldeia de um chefe tamoio a fim de ser sacrificado, pois que o supunham um "pero" visto não saber falar a língua dos "mair"; curtiu longa e dolorosa peregrinação; defendeu-se, com argúcia, da morte iminente; foi arrastado de taba em taba até o maioral Cunham-bebe, por fim, entregaram-no ao seu derradeiro senhor, um cacique cuja maloca ficava próxima à localidade "rio de janeiro". Aí, descreve elle:

"Quasi quinze dias avia, que eu estava nesta aldeia de Taquarasutiba, em poder do rei Abati Bossange, quando alguns selvagens viéram annunciar-me, que tinham ouvido tiros de peça, e que certamente estaria algum navio em "Iterrone", que tambem xama-se "rio de janeiro". (28)

Com efeito: estava na baía o navio francês "Catherine de Watteville" que, depois de haver completado a sua carregação de pau-brasil, deu de velas para a França a 31 de outubro de 1554. A tripulação, a rôgo de Staden, conseguiu resgatá-lo, com astúcia, ao jugo dos tamoios. Chegando à Alemanha publicou a narração da sua acidentada viagem, contando os detalhes do seu cativeiro entre os índios, com os quais conviveu longos meses. É um depoimento de alto valor histórico para o conhecimento de alguns fatos daquela época, e dos usos e costumes dos inimigos dos portugueses. (29)

Resulta dessa narrativa uma indicação nova e importante: segundo Staden, a denominação indígena do "rio de janeiro" era "Iterone" ou "Iterrone". Com certeza, corrupção prosódica da verdadeira designação indígena; provavelmente "Iteroig" ou "Nhê-tero-y", donde parece ter derivado "Niterói". (30)

Ainda mais. Do testemunho de Hans Staden verifica-se qão regular e seguro era o comércio mantido entre francezes e tamoios. Em verdade, essas relações amistosas procediam de quase meio século. De Gonville, Parmentier, Anjo, Duperret, de Moner, e muitos, e muitos outros capitães e Pilotos, provenientes dos portos da Normandia e da Bretanha, navegavam periódicamente de Honfleur, Havre de Grâce, Rouen, Dieppe, Fécamp, Brest, St. Malo, para a costa do Brasil, e, principalmente, para o Cabo Frio e "rio de janeiro", em busca de pimenta, papagaios, penas, algodão, saguis, brasil, e outras utilidades preciosas.

Dessas relações resultou, por vèzes, passarem-se alguns tamoios do "rio de janeiro" para Rouen, aí permanecendo, assistindo a festas brilhantes, produzindo grande impressão na população, sendo até apresentados a Henrique II e Carlos IX quando de visita a essa cidade. A convivência desses "brasis" com os ruaneses estimulou a curiosidade dos artistas, principalmente escultores, gravadores e entalhadores, que acabaram por fixar em obras de arte, os aspectos surpreendentes e estranhos da vida selvagem daquela terra longínqua, onde os seus marinheiros iam colhêr o "bois du Brésil". Daí, a transformação desses aspectos em novos e curiosos motivos de ornamentação arquitetônica, figurando os nossos índios, como elemento decorativo, nas frisas do entabla-

(28) Relação Verdica e Sucinta dos Usos e Costumes dos Tupinambás, por Hans Staden, traduzida por Tristão de Alencar Araripe. R. I. H. Vol. 55, parte 1.^a, ps. 325 e 326.

(29) Sôbre o livro de Hans Staden, vide as indicações de Capistrano e Rodolpho Garcia na História do Brasil de Varnhagen, 3.^a ed., vol. I, p. 356, nota (24).

(30) Segundo as indicações de Varnhagen e Theodoro Sampaio e a restrição de Capistrano, na História do Brasil de Varnhagen, 3.^a ed., p. 358, nota (31).

mento da igreja de S. Jacques em Dieppe; (31) existindo também no museu de antiguidades de Rouen, baixos relevos, talhados em madeira, que reproduzem as operações de corte, transporte e carregamento de pau-brasil, e onde se fixaram os movimentos e atitudes comuns a índios e franceses nesse mister. (32)

Os grandes lucros que auferiam os armadores normandos e bretões no comércio com o gentio, as repetidas viagens que os seus navios empreendiam ao Cabo frio e ao "rio de janeiro", criaram um ambiente de interesses poderosos ligados à existência da nova terra. Os portugueses continuavam entretanto a perseguir e a afundar as caravelas francesas, tratando os seus navegantes como corsários. Era natural, por isso, que normandos e bretões pensassem em apoderar-se definitivamente de uma parte daquela terra, estabelecendo ali uma colônia fortificada que os protegesse contra os inimigos. A região preferida foi o "rio de janeiro". Recorreram ao rei de França. Por motivos políticos negava-se sua majestade a patrocinar, abertamente, a conquista da terra que se dizia pertencer aos portugueses. (33) Era preciso, portanto, que surgisse um homem ousado, amparado dos grandes, e capaz de realizar essa aspiração. Esse homem foi Nicolas Durand de Villegagnon, cavaleiro nobre da ordem de Malta, vice-almirante da Bretanha.

* * *

Não cabe aqui pormenorizar os detalhes dessa aventura. Villegagnon ouvira falar da terra com louvores; atravessava, nessa ocasião, um período crítico de sua vida; viu, no empreendimento, um derivativo às suas mágoas; bravo e culto, ambicioso e dominador, impulsivo, violento e cruel, sentiu exaltar-se-lhe a imaginação de espadachim glorioso, e lobrigou, desde logo, na terra longínqua, o que ela poderia conceder à sua fantasia delirante; o vice-reinado da França Antártica, de que êle seria o vice-rei. Tudo mais foi acessório na tentativa que êle fez de exteriorizar, por todos os meios, aquela imagem interior que dominou completamente o seu espírito atormentado.

Procurou companheiros à altura dessa missão. Reuniu alguns, entre êles: Nicolas Barré, célebre piloto, e André Thevet, franciscano cosmógrafo. Acompanharam-no os seus serviçais escoceses, e, como lhe faltassem braços que o ajudassem na empreza, recorreu às prisões do Estado onde escolheu indivíduos fortes e sadios para constituir a tripulação. Foi amparado pelo almirante Coligny e o cardeal de Lorraine. Henrique II, rei de França, condescendeu em mandar fornecer-lhe dois navios com todos os apetrechos bélicos necessários à façanha ousada.

A primeira notícia da expedição surge com a carta de Barré enviada aos seus irmãos de França. (34) Era datada: "*de la rivière de Ganabara, au país du Brésil, en la France Antarctique, sous le tropique de Capricorne, ce premier de fevrier 1556*".

Comunicava o piloto, entre outras coisas, a chegada ao "rio de janeiro", como segue:

(31) Vide reprodução em Heulhard. Villegagnon, roi d'Amérique, p. 88; História da Colon. Port. do Brasil, vol. III, p. 72.

(32) Taboleta em madeira do Hotel du Brésil, em Rouen, rue Malpala. Reproduções na História da Colon. Port. do Brasil. Vol. III, ps., 62 a 69. Século XVI.

(33) Na luta pela posse da nova terra, Francisco I acabou reconhecendo o direito dos portugueses; o que não o impedia, entretanto, de dizer: "Je voudrais bien qu'on me montrât l'article du testament d'Adam qui partage le Nouveau Monde entre mes frères l'empereur Charles-Quint et le roi de Portugal, en m'excluant de la succession".

(34) Transcrita, por extenso, nas peças justificativas da "Histoire du Brésil Français", de Gaffarel, ps. 373 e 385. Vide, a respeito, a nota XI de Capistrano na Hist. do Brasil de Varnhagen, 3.^a ed., vol. I, p. 375.

"Nous arrivâmes le dixième de novembre (1555) en la rivière de Ganabara, pour la similitude qu'elle a au lac. Icelle est droitement sous le tropique de Capricorne. Là nous meismes pied en terre, chantans louanges et actions de grace au Seigneur. Auquel lieu nous trouvâmes cinq à six cens saulvages, tous nudz, avec leurs arcs et flèches, nous signifiant en leur langage que nous estions les bien venus nous offrants de leurs biens, et faisants les feux de joie, dont nous estions venus pour les deffendre contre les portugois et autres leurs ennemis mortels et capitauls," (35)

Quando Barré escrevia esta carta, sua permanência entre os tamoios ia para três meses de estadia no "rio de janeiro". Ouvira, com certeza, os índios chamarem a enseada por um nome que lhe pareceu ser: "Ganabara". Adotou a denominação, acrescentando: pela semelhança que eia tem com um lago, como querendo explicar a significação daquele vocábulo insólito. Aceitaram, os franceses, o nome indígena da enseada, e, para êles, o "rio de janeiro" chamava-se "Genabara ou Ganabara". (36)

Villegagnon havia escolhido a ilha que tem hoje o seu nome, (37) para instalar a sede da colônia, construindo aí um forte a que denominou "de Coligny", em homenagem ao seu protetor, o almirante de França. Desde então datou as suas cartas: "De Coligny, en la France Antarctique", desprezando, portanto, a designação indígena adotada pelos demais companheiros.

Mais tarde, numa carta famosa, que dirigiu a Calvino, (38) narrou as impressões que recebera ao chegar ao "rio de janeiro", explicando também as razões do momento, que o induziram a preferir aquela ilha ao continente, para ali estabelecer a fortificação militar, que devia garantir a posse da terra aos franceses.

Dizia êle, referindo-se ao "rio de janeiro":

"Le pays était du tout desert et en friche. Il n'y avait point de maison, ni de toits, ni aucune commodité de blé. Au contraire, il y avait des gens farouches et sauvages, éloignés de toute courtoisie et humanité, du tout differents de nous en façon de faire et instruction; sans religion ni aucune connaissance d'honnêteté ni de vertu, de ce qui est droit et injuste. En sorte qu'il me venait en pensée: à savoir si nous étions tombés entre des bêtes portant la figure humaine. Il nous fallait pourvoir à toutes ces incommodités à bon escient et en toute diligence, et y trouver remède pen-

(35) Gaffarel, ob cit., ps. 378 e 379.

(36) Vide as interpretações de Varnhagen, Theodoro Sampaio e Capistrano, na nota (31), já aludida, p. 368), da Hist. do Brasil de Varnhagen, 3.^a ed., vol. 1.^o.

(37) Os tamoios denominavam a ilha "Seregipe"; os portugueses chamavam-na das Palmas ou das Palmeiras; os franceses, ilha de Coligny e, às vezes, ilha dos Franceses. Ficou, depois, e até hoje, com a denominação de Villegagnon.

(38) Escrita em latim. O original está na Biblioteca Universitária de Genève. Foi traduzida em francês antiquado e impressa, segundo indicação de Lery. Gaffarel transcreve-a na H. du Brésil français, ps. 392 e 397. Charly Clerc publica uma reprodução, em ortografia modernizada, depois de a haver comparado com o original em latim. Dá, também, a reprodução fotográfica da página final, com o acréscimo feito pelo próprio punho de Villegagnon, com tinta de brasil, a que alude Lery. Clerc submeteu essa parte da carta ao exame do notável grafólogo suíço François Franzoni, que ignorava a história de Villegagnon, e do qual traçou o retrato grafológico diante do manuscrito que observava. Vide "Le Voyage au Brésil de Jean de Lery", ps. 52 e 54, edição de 1927. Nota complementar à Introdução de Charly Clerc.

dant que les navires s'apprêtaient au retour; de peur que ceux du pays, pour l'envie qu'ils avaient de ce que nous avions apporté, ne nous surprissent au dépourvu et missent à mort. Il y avait davantage le voisinage des Portugallois, lesquels ne nous voulaient point de bien, et n'ayant pu garder le pays qui nous tenons maintenant, prennent fort mal, à gré qu'on nous y ait reçus, et nous portent une haine mortelle... Par quoi nous nous sommes transportés en une île éloignée de terre ferme d'environ deux lieux, et là, j'ai choisi lieu pour notre demeure, afin que, tout moyen de s'en fuir étant oté, je pusse retenir notre troupe en son devoir. Et pour ce que les femmes ne viendraient point vers nous sans leurs maris, l'occasion de forfaire et cet endroit fut retranché. Ce néanmoins, il est arrivé que vingt-six de nos mercenaires, étant amorcés par leurs cupidités charnelles, ont conspiré de me faire mourir. Mais au jour assigné pour l'exécution, l'entreprise m'a été révélée par un des complices, au même instant qu'ils venaient en diligence pour m'accabler". (39)

Ora, tudo isso retrata perfeitamente a situação. Transparece daí a profunda desilusão que a terra produzira na alma de Villegagnon, antevendo desvanecidas tôdas as suas esperanças de glória e de triunfo. Vítima daquele engano imprevisito, invadiu-o uma revolta íntima, um ódio incontido, contra tudo, contra todos, mas simulou-os, manifestando uma religiosidade intensa, uma excessiva preocupação de moralidade, exigindo de tôda a colônia o cumprimento rigoroso de preceitos morais e religiosos inadequados àquela gente, que os recebia como um martírio incompreensível. Era o guerreiro brilhante transfigurado em monge, a ilha convertida em mosteiro, sua população sujeita à disciplina conventual, em resumo: a mais completa antinomia do espírito colonizador.

Dêsse ambiente surdiram as defecções, as revoltas, os atentados, a que acudiu o vice-almirante com desusada crueldade. A situação tornava-se, para êle, muito penosa; via-se a pique de perder todo o esforço já realizado.

* * *

Lembrou-se, então, de recorrer a Calvino, seu antigo discípulo, solicitando que o auxiliasse. Estava-se no período agitado da reforma protestante. Calvino, que dominava o radicalismo reformista, enviou de Genève quatorze homens entre ministros e operários, os quais seguiram para Honfleur, aí reuniram-se à expedição de três navios comandados por Bois-le-Comte, sobrinho de Villegagnon, partindo, em seguida, com destino à "Ganabara".

Entre os calvinistas, cujos nomes foram conservados, estava Jean de Lery que tornou-se mais tarde o historiador dêstes acontecimentos. Da expedição de Bois-le-Comte, fazia parte Jean Cointa, senhor de Bolés, (40) cognominado Mr. Hector, doutor da Sorbonne, que assumiu, posteriormente, atitude inesperada com relação ao "rio de janeiro".

Chegando à Guanabara, refere Lery:

"Nous cinglâmes si bien que, le dimanche septième de Mars 1557, laissant la haute mer à gauche, du côté de l'est, nous entrâmes au bras de mer et rivière d'eau salée nommé "Ganabara" par les sauvages et par les Portugais Geneure. Car, à ce qu'on

(39) Gaffarel, ob. cit., ps. 392 e 397. Charly Clerc, ob. cit., ps. 27 e 32.

(40) Cointa ou Cointac. Senhor de Bolli, Bolles ou Bollez, talvez o Bouilly atual, lugar de França da jurisdição de Troyes, na Champagne, arcebispado de Sens, segundo indicação do próprio Cointa, na inquirição feita no seu processo. Anais da Biblioteca Nacional, vol. 25, p. 255.

dit, ils la découvrirent le premier jour de janvier, qu'ils nomment ainsi (Janeiro)". (41)

Villegagnon recebeu os calvinistas, no forte de Coligny, com grandes demonstrações de alegria.

A 31 dêsse mesmo mês e ano, escrevia êle a Calvino a carta já referida, na qual agradecia a cooperação que lhe prestara. E confessava:

"Je pense qu'on ne saurait déclarer par paroles combien m'ont rejoui vos lettres et les frères qui sont venus avec icelles. Ils m'ont trouvé réduit en tel point qu'il me fallait faire office de magistrat et quant la charge de ministre de l'Église; ce qui m'avait mis en grande angoisse... si dorénavant il faut travailler pour quelque affaire et encourir danger, je n'aurai faute de personnes qui me consolent et aident de leur conseil..... les frères qui étaient venus de France par deça avec moi, étant émus pour les difficultés de nos affaires, s'en étaient retirés en Egypte, chacun alléguant quelque excuse. Ceux qui étaient demeurés étaient pauvres gens souffreteux et mercenaires, selon que pour lors je les avais pu recouvrer. Desquels la condition était telle, que plutôt il me falait craindre d'eux que d'en avoir aucun soulagement....." (42)

Palavras essas confirmadoras do estado de depressão moral a que ficara reduzida a colônia, no forte de Coligny, antes da chegada dos calvinistas e do reforço trazido por Bois-le-Comte.

Falida, assim, na sua primeira fase, a empreza intentada por Villegagnon no "rio de janeiro", era de esperar que êle fizesse agora, convergirem todos os esforços no sentido de levá-la a bom termo. Animada a colônia com a presença de teólogos calvinistas, com o reforço de população trazido por Bois-le-Comte, desanuviava-se o ambiente e tudo augurava um fim proveitoso. As boas intenções, entretanto, não perduraram. Dentro de algum tempo lavrava, de novo, a discórdia no forte de Coligny.

Jean Cointa, sujeito inteligente e culto, mas, por natureza, dúbio, palrador, inconstante, parece ter sido o elemento perturbador da harmonia que reinava na colônia. Abjurou a religião católica fazendo-se protestante. Argumentador especioso, não tardou em discutir questões de doutrina com os calvinistas. Comprazia-se em revelar-se católico entre protestantes e protestante entre católicos. Exerceu, talvez, alguma influência no espírito irrequieto de Villegagnon. Por fim, abandonou o forte, retirando-se com os seus para o continente. Isso mesmo declarou mais tarde no processo que, por heresia, lhe armou a inquisição.

"...disse ao monseor de villa ganhão capitão mór da sua fortaleza que ele pela descensão que vya antre aquella gente e por não quererem receber delle confessante a repremsam nem a ordem que lhes querya dar da polycia e governança da Republica... se queria hir morar a terra firme e deyxalos como de feyto o fez posto que lhe elle dise que confessante elle confessante nas cousas da Republica e que se nom entremetese nas cousas da Religião e as deyxase por que pera iso forão enviados os ministros de ginebra que hy estavam e que sem embargo diso se foy elle confessante d'ahy pera a terra firme duas legoas d'ahy e fez humas casynhas

(41) Histoire d'un Voyage fait en la Terre du Brésil, Jean de Lery, edição Charly Clerc, p. 101. Tristão de Alencar Araripe traduziu-a para o português. R. I. H. Vol. 52, parte II, p. 111.

(42) Gaffarel, ob. cit., ps. 392 e 397. Charly Clerc, ob. cit. ps. 27 e 32.

pera sy e pera a sua gente pera estar ahy ate vir embarcação pera se hir pera frança e esteve ahy com sua gente que erão doze ou treze pessoas seys ou sete mezes"... (43).

De outra parte, revelou-se novamente o caráter violento e autoritário do comandante. Vacilando de opiniões e de crenças, Villegagnon passou a travar polêmicas religiosas com os protestantes, impondo interpretações do dogma, exigindo particularidades do culto, compondo orações intermináveis. Repudiava-lhe o contato com o índio. Não permitia o convívio dos seus com a gente selvagem da terra. Era preciso licença sua para que se afastassem da ilha. Por fim isolava-se como um visionário, trajando vestuários suntuosos, com as longas barbas sôbre o peito varonil, cruzando a passos largos a sala das armas do forte de Coligny, como se estivesse em Malta ou fôra grão-mestre de São João de Jerusalém.

Sua incapacidade de colonizador, aliada à incapacidade missionária dos reformistas, conjugavam-se para nublar o ambiente e desencadear a tormenta. As primeiras vítimas foram os próprios calvinistas. Esses ideólogos não eram personalidades capazes de suportar por muito tempo as versatilidades de um espírito irrequieto como o de Villegagnon. Dentro em pouco as questões religiosas separaram estes homens; as discussões adquiriram um aspecto pessoal e mesquinho, levando-os ao abandono do forte, por ordem do seu comandante, que se mostrava, agora, fervoroso católico, observador intransigente das práticas romanas.

Então, relata Lery:

"...après que nous eumes demeuré huit mois en cette île et fort de Coligny, que nous avions aidé à bâtir, nous nous retirâmes et passâmes en terre ferme, où nous demeurâmes deus mois, attendant qu'un navire du Havre de Grâce fût prêt à partir (qui était venu là pour charger du brésil, et au maître du quel nous marchandâmes de nous repasser en France). Nous nous accommodâmes sur le rivage de la mer, à coté gauche en entrant dans cette rivière de *Ganabara*, au lieu dit par les français la *Briqueterie* lequel n'est qu'à demi-lieu du Fort. Et de là nous allions, venions, fréquentions, mangions et buvions parmi les sauvages; lesquels sans comparaison nous furent plus humains que celui qui ne nous put souffrir avec lui, sans que nous lui eussions méfait. Eux, de leur part, nous apportaient de vivres et autres choses dont nous avions affaire, et nous venaient souvent visiter" (44).

Desagregava-se, assim, por dissensões estranhas ao destino de sua formação, aquêle pequeno agrupamento humano, vindo de tão longe, para conseguir firmar a posse da terra do Brasil e estabelecer ali uma povoação francesa, devidamente fortificada, para assegurar o domínio do território. E que escasseava naquele punhado de homens a indispensável coesão de idéias e de propósitos para a realização do grande feito colonizador. Logo que as condições do meio tornaram-se adversas às intenções e desejos de cada um, a dispersão começou, aniquilando aos poucos o empreendimento. Alguns, logo de início, abandonaram Villegagnon, voltando para a França (45); outros,

(43) Processo de João de Bolés e justificação requerida pelo mesmo. 1560-1564. Anais da Biblioteca Nacional, vol. 25, p. 273. Nesse processo há informações preciosas para o estudo da época. Vide Capistrano, *Prolegômenos* ao livro III da História do Brasil de frei Vicente do Salvador, p. 140.

(44) Jean de Lery, ob. cit., ed. Clerc, p. 131.

(45) André Thevet partiu para a França a 14 de fevereiro de 1556. Pouco mais de três meses permaneceu na Guanabara. Heulhard, Villegagnon, roi d'Amérique, p. 122.

tomaram o rumo das tabas indígenas, convivendo com os tamoios; outros, ainda, peregrinaram pela terra dentro até chegarem a São Vicente; Cointa estabeleceu o seu grupo, na forma que êle menciona, sem que se possa dizer ao certo onde acampou a duas léguas da ilha (46); os calvinistas estacionaram na "briqueterie", até que o navio se preparasse para conduzi-los para a França.

Então, relata ainda Lery:

"...après que ce navire, qu'on appelait le *Jacques*, fut chargé de bois du brésil, poivre long, cotons, guenons, sagouins, perroquets et autres choses rares par deçà, dont la plupart de nous s'étaient fournis auparavant, le quatrième de Janvier 1558 pris à la Nativité, nous nous embarquâmes pour notre retour" (47).

Vendo-os partir definitivamente, Villegagnon declarou:

"...tout ainsi que je fus joyeux de leur venue, pensant avoir rencontré ce que je cherchais, aussi, puis qu'ils ne s'accordent pas avec moi, suis-je content qu'ils s'en retournent" (48).

Todavia, êsse episódio marcou, evidentemente, o fracasso do vice-reinado da França Antártica. Daí em diante, pouco, bem pouco se conhece, com exatidão, a respeito dos acontecimentos. Acabrunhado e desiludido com o insucesso, Villegagnon tornou-se vingativo, perverso, de uma ferocidade inconcebível. Acontecera que, após algum tempo de viagem, o navio em que haviam embarcado os calvinistas, começou a fazer água, ameaçando afundar. Cinco dos retirantes preferiram voltar para terra, temendo morrer no mar. Tornaram ao forte. Aparentemente bem recebidos, acabaram servindo de excitante às explosões de ódio vingativo do comandante, que fez perecer alguns deles, com sofrimentos atrozes. Parte da guarnição fugiu da ilha diante daquelas cenas horríveis. Finalmente, em 1559, Villegagnon voltava para a França (49), deixando em seu lugar, no comando do forte, Bois-le-Comte, seu sobrinho.

Estava terminada a aventura desastrosa e infeliz.

* * *

Mas, durante cêrca de quatro anos de ocupação do "rio de janeiro", que fundamentos estáveis instituiria Villegagnon, nessa localidade, que permitissem ali a existência, o desenvolvimento, a prosperidade de uma povoação francesa?

No continente, quase nada: apenas algumas choupanas espalhadas pelo litoral, sem nenhum atrativo próprio a fixar nesse solo, um pequeno núcleo inicial de população destinada a florescer e frutificar nessa região.

Na ilha, vejamos o que conta Lery:

(46) Segundo Crespín, êsse local parece ter sido o mesmo em que acamparam os calvinistas: "Le lieu où se retire la compagnie du Pont et Richier était en terre continentale distante du fort de Coligny demi-lieu, au village que les mois précédens avoyent construit quelques pauvres français que Villegagnon avait chassé de son île comme bouches inutiles. Entre lesquels estoit Cointac, qui s'apercevoit du mal provenu de son ambition". Gaffarel, ob. cit. p. 459. Há, entretanto, discordância entre as duas léguas referidas por Cointac, e a meia légua a que se referiam Lery e Crespín, para a distância dêsse lugar em relação ao forte de Coligny.

(47) Jean de Lery, ob. cit., p. 279.

(48) Jean de Lery, ob. cit., p. 278.

(49) Capistrano de Abreu, capítulos de História Colonial, ob. cit., p. 48.

“...il y avait deux montagnes aux deux bouts; Villegagnon sur chacune d’elles fit faire une maisonnette. Comme aussi, sur un rocher de cinquante ou soixante pieds de haut, qui est au milieu de l’île, il avait fait bâtir sa maison. De côté et d’autre de ce rocher, nous avions aplani et fait quelques petites places, les quelles étaient bâties, tant la salle où on s’assemblait pour le prêche que d’autres logis, où quatre-vingts personnes que nous étions (comprennant tous les gens de Villegagnon), residant en ce lieu, logions et nous accomodions. Mais notez qu’excepté la maison qui est sur la roche, où il y a un peu de charpenterie, et quelques boulevards sur lesquels l’artillerie était placée — lesquels sont revêtus de telle quelle maçonnerie, — ce sont tous logis ou plutôt loges. Comme les sauvages en ont été les architectes, aussi les ont-ils bâtis à leur mode: à savoir de bois ronds, et couverts d’herbe. Voilà en peu de mots quel était l’artifice du Fort...” (50).

Por conseguinte, Villegagnon nada deixou no “rio de janeiro” que caracterizasse a formação de uma pequena aglomeração humana adstrita ao seu território, com elementos indispensáveis à sua sobrevivência, com as prerrogativas fundamentais de um agrupamento social destinado a vencer as contingências e adversidades naturais da situação, a fim de crescer para tornar-se uma vila, evoluindo, depois, para formar a cidade.

Não obstante, um dos primitivos companheiros de Villegagnon, mas que muito pouco se demorou na ilha, o cosmógrafo André Thevet, esboçara uma vista perspectiva — à vol d’oiseau — da baía de “Ganabara” (51), indicando no litoral a existência de uma cidade a que denominou: Henryville ou ville Henry, em homenagem ao rei de França. Lery, porém, contestou a existência dessa cidade imaginária, afirmando:

“...je ne me puis aussi assez émerveiller de ce que Thevet, en l’an 1558, environ deux ans après son retour de l’Amérique, semblablement pour complaire au roi Henry second, lors régnant, fit faire une carte de cette rivière de Ganabara et fort de Coligny, et pourtraire à coté gauche d’icelle, en terre ferme, une ville qu’il nomma *Ville Henry*... quand nous partimes de cette terre du Brésil, plus de dix-huit mois après Thevet, je maintiens qu’il n’y avait aucune forme de bâtiment, village ou ville à l’endroit où il nous en a forgé et marquée une vraiment imaginaire.”

Acrescentando:

“Et afin de prévenir tout ce qu’il pourrait mettre en avant là dessus, je lui nie tout à plat que le lieu qu’il pretend, soit celui que nous appellions la Briqueterie où nos manouvriers bâtirent quelques maisonnettes” (52).

(50) Jean de Lery, ob. cit., p. 134.

(51) La Cosmographie Universelle d’André Thevet, 1575, 2.º vol., p. 908 verso. É um esboço perspectivo da baía, indicando: Le ratier-ilha da Lage; Fort des Français-ilha de Villegagnon; Cariobe rivièrre e Ville Henry, no continente, próximo ao morro da Glória. Foi reproduzida por Heulhard. Villegagnon, p. 111. Gaffarel dá, também, uma reprodução, mas diferente, colocando a ville Henry noutro lugar e sem o ataque dos portugueses ao forte, como está no original de Thevet. Mello Moraes, na Cronica Geral e Minuciosa do Império do Brasil, reproduz uma cópia do desenho publicado por Gaffarel, ainda mais reduzida e sem a nomenclatura, ps. 64 e 65. Sobre a outra obra de Thevet: “Les Singularitez de la France Antarctique”, vide nota (35), de Hist. do Brasil de Varnhagen, 2.ª ed., p. 369.

(52) Jean de Lery, ob. cit., ps. 35 e 56.

Assim, restava apenas da ocupação francesa do “rio de janeiro”, o forte de Coligny, na forma descrita por Lery, comandado agora por Bois-le-Comte, que se applicava em defender a terra contra os portugueses, para proteger o comércio de pau-brasil e de pimenta entre tamoios e franceses.

* * *

Mas, deixemos, por um momento, o “rio de janeiro” e voltemos aos acontecimentos portugueses que vinham tecendo a trama histórica das coisas da terra do Brasil.

Em meados de 1557, falecia d. João III, sucedendo-lhe, como regente do reino sua mulher, a rainha d. Catarina, visto que o novo rei, D. Sebastião, era ainda menino. A esse tempo, já navegava com destino ao Brasil o desembargador Mem de Sá, nomeado governador geral para suceder a Duarte da Costa (53).

Chegou Mem de Sá à cidade do Salvador em fins de 1557, assumindo o governo nos primeiros dias de janeiro de 1558, justamente quando os calvinistas, desavindos com Villegagnon, partiam do “rio de janeiro” a bordo do *Jacques*. Incansável de atividade de benemerência, o governador teve de acudir, desde logo, às lutas suscitadas entre índios e portugueses. Ao Espírito Santo, de onde clamavam por urgente socorro, mandou Fernão de Sá, seu filho, e Baltazar de Sá, seu sobrinho, com reforço de gente para auxiliar a capitania de Fernandes Coutinho, contra os indígenas revoltados.

Dai lhe advieram más notícias e informações preciosas: entre as primeiras, a da morte heróica do filho, frechado pelos índios; entre as segundas, as indicações detalhadas da ocupação francesa no “rio de janeiro”.

Apressou-se, então, em participar ao rei os acontecimentos, enviando-lhe a carta de 1 de junho de 1558, em que dizia:

“...mando hum estromento a V. A. que me veo do esprito Santo. Das novas que hi acharam dos francezes que estão no Rio de Janeiro, hua caravela e hum barganti dos darmada que mandei ao socorro: foram a mais Adiante ver se podião tomar algũa chalupa das queles trazem pela costa para se saber bem a verdade de quanta gente hee, o que fazem ou o que determinão. O que me amim Afirmão outras pesoas que de la vierão, que se fazem outo navios de Remo: os tres a modo de galés, outros como bergantins, mas não nos virão senão por dito dos negros, todo seu fundamento he fazerem-se fortes, tem muita gente; e bem armada, as suas roças não são senão de pimenta, prazera a noso Snór, que se lhes desfarão todos estes pensamentos, noso Snór. a vida e estado de V. A. acrecente, desta sua cidade do Salvador o primeiro de Junho. — Mem de Saa.”

Do instrumento que acompanhava esta carta, constavam entre outras, as seguintes informações:

“O que sei pela informação que... os linguas que fallão com os negros que vem dantre francezes é o seguinte: ...Dizem que os francezes fizeram uma fortaleza de madeira na lagea que está no meio do rio e que por lhe cair tem já muita pedra junta na lagea para fazerem uma fortaleza de pedra e cal onde está e consiste toda fortaleza do Rio de Janeiro e da terra toda. Na enceada da Carioca que está da lagea para dentro hum tiro de berço onde desembarção junto de uma aguada está uma casa com

(53) Petição de Mem de Sá, solicitando um instrumento dos serviços que prestou no Brasil — “Capítulo I” — Parti do Reino no fim d’abril de mil quinhentos cinquenta e sete e por os tempos serem contrarios andei oito mezes no maar”... Anais da Biblioteca Nacional, vol. 27, p. 131.

artilharia e dizem ser fortaleza. Que estavam duas náos grandes no rio e tem tres galés, fora outros navios mais pequenos, e que serão perto de outo centos homens de peleja. Que na ilha de Serecipe que está sobre a enceada da Carioca está outra fortaleza com muitas casas outras a qual corresponde á lagea que está no meio do Rio, por onde então as náos e navios dentro no Rio de Janeiro e bem assim corresponde esta fortaleza e povoação desta ilha á fortaleza da Carioca e ao desembarcadouro e aguada que está junto da enceada da Carioca... etc." (54).

Ao que respondeu a rainha, em nome do rei-menino:

"...Emquanto ao que toca aos francezes, e ás informações que delles e do que fazem me enviais, folguei de me avisardes de tudo tão particularmente. E porque por outra carta vos escrevo o que acerca disso hei por meu serviço, não tenho nesta que vos dizer; sómente que tenho por certo que assim mesmo me dais conta procedereis conforme a importancia em cada uma dellas; e de maneira que me haja em tudo por muito servido de vós, e assim vos encomendo muito que o façais, e que tenhaes destas cousas o cuidado que de vós espero" (55).

Como de fato sucedeu, e os acontecimentos posteriores são demonstrar.

CAPÍTULO VI

No ano seguinte, de 1559, as ocorrências pareciam destinadas a exercer uma certa influência coordenadora naquelas populações mescladas e dispersas. Elementos decorrentes da propria natureza da ordem social, esboçavam um comêço de organização, agindo sôbre as vontades, orientando os espíritos, promovendo a concentração dos esforços isolados no sentido de uma cooperação generalizada entre os agrupamentos existentes.

Naquele tempo, a distribuição geográfica da população escassa afirmava-se ainda periférica, (1) ao longo da extensa costa de um território imenso e agreste, a fim de manter o contato com o oceano, de onde podia provir o socorro, e por onde o colono sentia como que o palpitar do coração da pátria distante. Contudo, apesar da luta ingente do alienígena contra os aspetos selvagens daqueles âmbitos, três profundas raízes de colonização portugûsa tinham-se obstinado em penetrar o âmago daquela natureza aparentemente indomável, para lançar os fundamentos das primeiras transformações: ao sul, com João Ramalho; ao centro, com Diogo Álvares; ao norte, com Duarte Coelho.

O abrupto das serranias, a exuberância das frondes espessas, a caudal impetuosa das águas, o mistério impenetrável do sertão, o sobressalto contínuo do aborigene em defesa do *habitat*, eram outros tantos óbices naturais e imarcessíveis que se antepunham à audácia tenaz e às sucessivas investidas do homem branco; mas o colonizador pertinaz e intemorato enfrentava resolutamente o segrêdo daquela esfinge, com o mesmo ânimo juvenil e ardente de Siegfried

(54) História do Brasil de Varnhagen, 1.^a edição, vol. 1.^o, p. 463, nota 75 à p. 234. Rodolpho Garcia reproduziu os apontamentos ou informações na 3.^a edição integral da H. do Brasil de Varnhagen. Nota II, p. 397, vol. 1.^o. A carta de Mem de Sá vem reproduzida nos Anais da Biblioteca Nacional, vol. 27, ps. 225 e 226.

(55) Hist. do Brasil de Varnhagen, 3.^a ed., vol. 1.^o, ps. 381 e 382. Vide nota (11) de Capistrano, à p. 382.

(1) É isolada, para atingir, por gravitação étnica e por expansão, à difusão coerente; segundo interpretação do fenômeno das relações entre popu-

lação e território, formulada por Friedrich Ratzel, na sua *Antropogeografia*. Os acontecimentos, em 1559, pareciam orientar-se na conformidade das indicações do notável professor alemão, atacando o dragão legendário, e abatendo-o aos golpes certos do seu gládio temperado na forja misteriosa dos destinos heróicos.

Não tinha pois razão o nosso inestimável Frei Vicente do Salvador, quando vira no homem do seu tempo o colonizador superficial, que andava arranhando apenas, como caranguejo, o litoral daquela imensa terra do Brasil. (2) Do equilíbrio entre os dois fatores: população e território, é que resulta a regularidade de ação e reação mútuas entre êles. Desde que um dêles excede, de muito, o valor do outro, o desequilíbrio é fatal, e exige, do fator inteligente, uma atividade excepcional, para o restabelecimento da equivalência de ambos, na satisfação de necessidades imperiosas decorrentes da existência urbana. É uma das características do fenômeno urbano.

Naquela época, duas forças sociais oriundas das próprias contingências da vida colonial dispersa e desordenada, começavam a produzir os resultados da sua atuação no ambiente: a concentração do governo na pessoa de um magistrado que incorporava a autoridade do rei, a direção espiritual das consciências, procurando religar os indivíduos em torno de uma moral superior, exercida pelo missionário que agia, religiosamente, sôbre aquela mistura heterogênea de almas e de propósitos.

De um lado, havia reinóis, ávidos de aventuras e de cobijas; de outro, surgiam nativos, gente instintiva, ainda no estado primitivo da idade da pedra, fáceis de dominar, mas desconfiados e ferozes na vingança. Do cunho estranho dêsses dois extremos incompreendidos geravam-se, como traço de união entre aquelas raças, mazombos e mamalucos, que deviam operar o caldeamento daquelas energias humanas díspares, incapazes de solucionar por si mesmas os entraves da situação que defrontavam. Essa, era a mistura humana sôbre que deviam influir aquelas duas forças sociais.

Se é verdade que a ascendência da doutrina deve ser sempre superior aos seus órgãos quaisquer, não é menos exato que a identificação completa dêsses órgãos com os princípios doutrinários que êles propagam, corresponde a uma sinergia de idéias e de vontades capaz de grandes realizações. As duas forças sociais representavam: uma, o poder temporal concentrado na figura do governador geral; a outra, o poder espiritual, cuja dignidade era de investidura do bispo, mas de que a verdadeira ação social, útil e peregrina, integrava-se na predestinada vocação do missionário jesuíta. Da ação conjunta dessas duas diretrizes dos esforços individuais, cada uma na esfera das suas atribuições, sem se confundirem, sem se desirmanarem, sem se perturbarem, é que deviam resultar os benefícios da ordem social para a coletividade.

Havia já um decênio que o exercício continuado dêsses dois poderes, atuando sôbre aquelas gentes, acepilhava a rudez daquele corpo social bisonho e tósco. Quiz a sorte que, no ano de 1559, duas individualidades excepcionais estivessem investidas da autoridade temporal e espiritual naquela sociedade rudimentar: Mem de Sá e Manuel da Nóbrega. O primeiro exercia a magistratura após dois períodos anteriores ocupados por Tomé de Sousa e Duarte da Costa; o segundo, vinha praticando, por todo o decênio, uma atividade incessante que lhe permitira palmilhar lonjuras intermináveis, através de recantos ínvios daquela terra, derramando por tôda parte ensinamentos de solidariedade humana.

Mas, o que caracterizava, especialmente, essas duas figuras singulares era o apoio mútuo que se prestavam na direção temporal e espiritual daquela associação humana, completando-se harmoniosamente, pela ação e pelo conselho, na orientação dos destinos daquelas populações dispersas, procurando

(2). Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 1627, edição revista por Capistrano de Abreu. 1918, p. 19. Segundo Capistrano, frei Vicente nasceu em 1564, em Matoim, na Bahia; esteve duas vezes no Rio de Janeiro, onde dirigiu as obras do Convento de Santo Antônio, e assistiu, depois, à inauguração da imagem do santo nesse convento. Faleceu entre 1636 e 1639.